

ATLAS TOPONÍMICO DO BRASIL: TEORIA E PRÁTICA II

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick¹

RESUMO: Neste texto, além da ênfase mais teórica sobre a simbologia dos topônimos e sua classificação em catôgoremas taxionômicos, iniciamos a pesquisa antroponomástica da literatura de viagem, do quinhentismo ao oitocentismo, em termos contrastivos. Enquanto o roteiro escolhido para estudo, nesta primeira etapa do trabalho, foi aquele projetado por A. Saint-Hilaire, em suas viagens ao sul e sudeste do país, a metodologia de apoio está respaldada em nossa vivência com o trato dos nomes (DICK, 1980).

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica toponímica; Relatos de viagens; Saint-Hilaire e demais cronistas.

ABSTRACT: In this paper, besides the emphasis given to theory issues about toponymic symbology and its classification in taxionomic catôgorems, we initiate the research on travel's literature on a toponymic, anthropological and contrastive basis, to "quinhentismo" from "oitocentismo". While the route chosen to stude, in this first stage of the work, was the one designed by A. Saint-Hilaire in his travels to South and West-South of Brazil, the methodology used has the backing of our expertiseto deal with names (DICK, 1980)

KEYWORDS: Toponymic Onomastics; Travel's reports; Saint- Hiliare and others chroniclers.

INTRODUÇÃO

A formalização do *Atlas Toponímico do Brasil*, como Diretório de Pesquisa junto ao CNPq, teve por objetivo vincular nossa pesquisa anterior sobre o *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo* ao conjunto maior das modalidades onomásticas existentes no país. Partimos, de um modo geral, do percurso analítico da nomenclatura geográfica, com registro cartográfico oficial, visando a estabelecer parâmetros motivadores internos, com validade ou não, em outros locais do país.

Os *Atlas Toponímicos* apresentados neste texto não foram concebidos, de um modo geral, como pesquisas autônomas, desvinculadas de procedimentos onomásticos em que se investiu seriamente. Ao contrário, ao estruturá-los em suas bases-matrizes, regional, estadual ou nacional, consideramos serem uma projeção iconográfica de estudos anteriores sobre a Onomástica, de modo mais específico. Os resultados das pesquisas

¹ Livre-Docente do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da USP. E-mail: mariade@usp.br.

procedentes desses campos ou eixos ordenadores de diversas parcialidades já concluídas, foram agrupados segundo os quadros taxionômicos propostos (Dick, 1980) e aperfeiçoados em etapas sucessivas, gerando os modelos atuais de investimento lingüístico (Dick, 1997). Esse modelo constituiu o que denominamos *Sistema Toponímico Taxionômico*, estruturado em vinte e sete taxes explicativas ou categoremias toponímicas. Definidos à maneira dos hiperônimos (termos redutores dos significados compreendidos nas expressões denominativas) ou dos arquilexemas, constituem-se em indicativos ou marcadores semântico-terminológicos; têm a finalidade de, por meio de uma nomenclatura específica (termo genérico motivador, indicativo do campo semêmico determinativo, seguido da expressão topônimo), transmitir os vínculos causais que justificam a criação dos nomes de lugares.

A partir dessa nomeação, instala-se a cadeia onomástica propriamente dita, em um determinado espaço, o que possibilitará o desenvolvimento de análises nominais e a conseqüente fixação de um *modelo* ou *padrão de nomes*, válido para a comunidade doadora ou receptora.

Os Atlas constituem-se, assim, da recolha do recorte denominativo escolhido para a identificação de um determinado sítio. Melhor seria se os nomes resultantes desse processo elaborativo refletissem, realmente, algum detalhe particular do local, de modo a caracterizá-lo pelo pormenor, mais do que por qualquer outra justificativa. Como já se apontou, anteriormente,— o que será retomado, depois, neste mesmo artigo— *nomes são formas de língua virtuais*, muitas vezes de *natureza plástica*, que se amoldam às regiões de duas maneiras peculiares: ou designando-as segundo suas especificidades mais salientes, consubstanciadas, lingüisticamente, em suas próprias semias; ou adotando uma denominação artificial, no sentido de seu distanciamento em relação ao grupo. Em outras palavras, o nome deixou/deixará de ser contextualizado ou introjetado pela comunidade porque seguiu o caminho inverso, advindo de fora para dentro do meio. Todavia, essa prática, hoje, nas regiões mais urbanizadas, tem sido corriqueira (cf. DICK, 1997). Configuram o que chamei, em outra ocasião, de *designação superposta*, desligada do convívio comunitário e de suas íntimas aspirações em relação ao batismo dos lugares, especialmente. Como se disse acima, a tendência adequada, no processo denominativo, reforçando esse raciocínio, seria partir do conhecido, do vivenciado e, apenas na ausência do objeto e de suas circunstâncias, buscar o distante, o alheio, o que nasceu “fora dos muros”, até mesmo o extemporâneo. Nos nomes de homenagem, esse é o procedimento, as indicações se justificando por interesses momentâneos de alguns, e a concordância ocorrendo por aceitação tácita, uma vez que, quase sempre, se desconhece o homenageado, ainda mais nas grandes metrópoles, como São Paulo.

Ao adotar o conceito de E. Muret sobre o topônimo, de procurar

defini-lo em suas nuances não apenas etimológicas mas funcionais, e de explicar o seu estatuto lingüístico, pareceu-nos claro que o denominador-nomeador não necessita criar palavras novas, especiais, para com elas definir um determinado espaço ou um ponto dele. O *repertório lingüístico* de que se dispõe, no uso comunicativo e na integridade das formas sîgnicas, é suficiente, muitas vezes ou quase sempre, para esses propósitos nomeadores. É certo que há *normas administrativas* reguladoras dessa função, *critérios convencionais* a que a comunidade, qualquer que seja ela, não pode fugir, para o *bem-nomear*. Quanto mais *densa* a população, ou mais heterogênea for, etnicamente, mais os cuidados políticos ou organizacionais se colocam, às vezes até com restrições ou cerceamentos aparentes da vontade coletiva.

Assim foi que, nesse ponto ou a esse respeito (*ato de nomear*) propusemos que o topônimo, uma vez instalado na região, nos moldes da gramática da língua falada, segundo esquemas morfolexicossintáticos, não mais fosse substituído. Há toda uma razão lógica nesse raciocínio, que não é só de ordem prática, mas é muito mais. Seu significado conceitual extrapola épocas, pelos contornos valorativos que adquire ao longo dos tempos, quando e se for bem escolhido e acolhido. O designativo tem força não apenas impositiva mas identitária porque situa o objeto nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato e dispensando-o até do *recurso das descrições referencializadas*, como ocorre neste trecho de Saint-Hilaire (p.96):

Embora fique distante uma meia légua da serra que tem o seu nome, o povoado [Pium-i] visto dos morros vizinhos, parece incrustado na base da montanha, dando a impressão de que as matas que há de permeio já fazem parte da serra. Morros baixos e arredondados cercam o vale onde se ergue o povoado e, para os lados do oeste, avista-se ao longe a Serra da Canastra.

Neste ponto da descrição do autor, o surgimento do topônimo, ao final do parágrafo, transmite um novo alento à narrativa, amenizando o *continuum* geográfico dos morros, da montanha, da mata, do vale. Benvinda Serra da Canastra!, que Saint-Hilaire diz merecer esse nome “por ser comprida, lisa e arredondada em toda a extensão do seu topo e cortada verticalmente nas duas extremidades”(id., ib, p.95).

Esse é, de fato, o papel funcional do nome próprio, destacar-se na linearidade dos parágrafos, sobressaindo-se na seqüência horizontal das linhas gráficas do texto e imprimindo-lhe um toque de familiaridade na aridez de seus contornos. Por isso defini a toponímia e, conseqüentemente, o topônimo, como sendo um evento fenomenológico de múltiplas formas e sistemas (cf. taxionomias toponímicas), a ser demonstrado e apreendido.

O CONCEITO

Por um processo metonímico de interpretação, o designativo toponímico que é, conceitualmente, um signo de língua, com forma expressiva e um conteúdo unívoco ou biunívoco, passa a incorporar, ele próprio, as características do espaço que nomea.

Altera-se, portanto, a relação de causa e efeito porque *nome e coisa nomeada* passam a significar o mesmo dado, do ponto de vista semântico. Antes do batismo, a identificação do lugar fazia-se, como se viu na descrição de Saint-Hilaire, pelos seus referenciais mais próximos. Dito de outro modo, as *marcas simbólicas* da palavra ganham consistência em tamanho, dimensão, colorido, a partir, exatamente, do *fato denominado*. Alguns examinam o tema com indiferença, como algo corriqueiro, mas indispensável, considerando-o como mero efeito de um ritual socializante. Percebem a conseqüência do não ter nome o lugar ou a pessoa, pelos efeitos administrativos e sociais decorrentes. Mas o ato da identificação em geral ou o porquê de seu estudo acadêmico no contexto da linguagem, muito além do jogo utilitário da distribuição social, não é entendido no seu pormenor. A Onomástica, porém, é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população. Os pragmáticos funcionais, no entanto, atribuem-lhe, quando muito, uma ocorrência utilitária (registros administrativos x penalidade ou sanção legal), evidenciada no jogo do poder de mando, ou seja, a tensão dialética instalada pela presença obrigatória (do nome) /ausência não consentida (falta do nome=interdição social). As conseqüências de um não-nome, de um nome mal-dado ou mal-escolhido ou do nenhum nome não merecem, porém, reflexão lógica ou ontológica. Essas lacunas comportamentais, no entanto, têm um significado exterior, *extra persona* e *extra-locus*; deveriam ser percebidas como uma identidade valorativa para o indivíduo ou para o lugar, mais do que o simples efeito socializante exigido pelo interagir social.

Por isso o empenho constante em evidenciar, em nossa teoria dos nomes e na retomada do pensamento dos clássicos, a importância do elemento ou fator lingüístico no estudo das denominações. São dois eixos básicos em que esses *considerandos* se distribuem, ordenando as possibilidades analíticas e interpretativas do conceito que as ampara. Além do fator cultural, representado pelas forças atuantes no meio em que se situam os indivíduos, o fator lingüístico é o antecedente motivador do batismo de pessoas ou lugares, segundo as tendências assimiladas pelo grupo. Partindo dessa visão abrangente mas inclusiva do designativo, na língua falada na região, foi que discutimos, até com insistência, a inserção do estudo dos nomes ou da Onomástica no campo da Lingüística. O nome,

de fato, é uma outra forma de se refletir sobre as construções sintáticas, morfológicas e semânticas originárias do código em questão. Etimologia, significação dos formantes sintagmáticos, origem endógena ou exógena dos termos, influências dialetais e familiares na atribuição e conservação dos antropônimos com vínculo parental, motivação do ambiente, contornos da paisagem físico-social, fatores psíquicos, presença ou ausência do referente, o gosto, o amor, a saudade, o orgulho, a vaidade, tudo são traços semânticos conformadores dos campos ou domínios da ocorrência normativa.

O texto que elaboramos, sob o título *A Motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos*, (Dick, 1980), com seus desdobramentos práticos (Dick, 1988, 1990, 1992), como base para uma discussão mais alentada do Sistema Onomástico Geral e do Brasil, em particular, foi o marco inicial, para a construção da teoria e da metodologia adotadas para a Toponímia e Antroponímia. Dialectologia, etimologia, semântica dos nomes, registros e frequência do emprego, padrões motivadores, categorias taxionômicas (motivação), distribuídos no conjunto da nomenclatura brasileira, constituíram (e constituem) os objetos de análise com que temos nos confrontado.

O *corpus* de pesquisa, como se pode perceber, é amplo, as fontes são variadas, em qualquer nível – local, regional, nacional – ou tipologia – nomes de pessoas, nomes de lugares – antropônimos e topônimos, estes com suas *taxes* (27) espaciais e motivadoras –. Isto ocorre porque o homem é variado e múltiplo em seu palimpsesto de atuação, sempre se renovando e renovando sua percepção sobre o mundo, ainda que atávica. É ele, qualquer que seja sua origem e formação, o responsável pela criação dos nomes, pela sua alteração, substituição e conservação. A imutabilidade da doação, firmada num espaço, cria raízes; a permanência, facilmente explicável, a troca é questionável e controversa, porque o designativo traduz a identidade básica do local ou do indivíduo.

Esses ensinamentos vêm dos gregos antigos, incorporados no *onoma* (substância concreta, de uma pessoa, coisa ou objeto) e encapados pelo *logos* (a palavra, o discurso, o dizer). Partimos deles para estudar o nome como fato genérico, ao qual chamamos “sistema onomástico”, pelas redes de relações que os nomes aí estabelecem, marcando todo o ordenamento gramatical e de significados. Isto é possível porque o nome não é apenas um rótulo ou etiqueta colocada sobre o objeto.

A teoria do esvaziamento semântico dos nomes, que ocorre pela distância entre o uso da forma e do local e a época do aparecimento ou de sua criação (do nome), não é empecilho para se buscar recuperar essa origem, quase sempre perdida no tempo, muito longe e distante do pesquisador sincrônico. Os lógicos dos séculos XVIII e XIX eram partidários dessa idéia, que atravessou os tempos, hoje, pensamos diferente. Os nomes têm *duas vidas, a dialetal-etimológica*, com suas derivações semânticas, e a

referencial. Nesta, o simbolismo da língua se amolda ao referente, a forma abstrata ganha corpo pela matéria de quem a usa; a transferência metonímica da parte (nome) pelo todo (pessoa/lugar), mimetiza o conseqüente; assim o nomeado passa a incorporar, no universo cotidiano, os referenciais daquele ou daquilo (objeto) que foi batizado. Por exemplo, “Fabio”, nessa visão, deixa de ser o “plantador de favas” original, em sua etimologia aplicada, para incorporar os traços e pormenores característicos do indivíduo que se conhece por esse nome ou que é assim chamado.

Esses fatos ocorrem, porém, no primeiro nível da pesquisa; no segundo nível ou no plano mais profundo de análise, os recursos onomásticos já testados em vários *corpus* ou modelos de levantamento permitem avançar até o plano de aplicação da terminologia taxionômica. Nele, os arquilexemas ou hiperônimos onomásticos, como denominamos os termos redutores do sentido imanente do *onoma*, dão a dimensão valorativa do campo sêmico discutido. Assim, por exemplo, para *nome de pessoas* temos a dimensão fato social, genérico; para *antropônimo*, fato lingüístico, específico onomástico e, para *antropotopônimo*, fato toponímico terminológico e especializado ou nomes de lugares com motivação antroponímica.

Concluindo, portanto, esta parte mais teórica e específica, destacamos os seguintes pontos:

1- topônimo- nome de lugar, motivado etimológica e circunstancialmente; estudo das origens, alterações e substituições dos nomes;

2- estudo da forma lingüística: recupera os traços e sentidos da língua falada na região, em seus substratos e adstratos;

3- análise dos traços taxionômicos inerentes a sua constituição, decorrentes dos campos semânticos dominantes no sistema da língua falada;

4- objeto de estudo da onomástica toponímica: termo de origem grega, decomposto em *topos* (lugar) - *onoma* (nome, designação, substância);

6 - conceitualmente, a onomástica toponímica representa a forma estável da língua, os valores culturais, memorialísticos, históricos, geográficos; sobretudo, valores lingüísticos.

7- ela não configura um campo fechado de ocorrência, o que significa que se trata de um campo aberto a novas contribuições linguo-semânticas;

8- em sua constituição gramatical, o *onoma* compreende lexias simples (sb (+) adj (+); vb (-); lexias compostas (sb-adj +); (vb + vb)(-) e pode apresentar status de lexia complexa (estável).

APLICAÇÃO PRÁTICA

Na parte prática ou aplicada deste estudo a respeito dos nomes, a metodologia que seguimos, e recomendamos, parte da escolha de um *corpus* determinado. Neste caso, o termo específico não significará o “mais

apropriado”, como seria de se esperar e, sim, um elenco particularizado, ainda não trabalhado. Neste caso, utilizaremos, como referência, alguns dos topônimos recolhidos por Saint-Hilaire, em sua viagem às nascentes do São Francisco em 1819(1975).

Do ponto de vista da macro-estrutura, o livro relata o trajeto do autor pelos caminhos que o levaram do Rio de Janeiro a Minas Gerais, passando por alguns aglomerados, Ubá, São João Del Rei, Paracatu do Príncipe, Araxá, a região montanhosa da Serra da Canastra e o São Francisco, em suas cabeceiras. Examinando-se o núcleo significativo desses topônimos, dois deles remontam à língua indígena antiga, falada no país dos séculos XVI ao XVIII. No século XVII, ela estava, assim, no clímax de sua expressividade e possibilitou que muitos de seus termos, os mais produtivos, na época, se mantivessem, do período colonial até hoje, como Ubá e Paracatu do Príncipe. Este último revela uma forma híbrida, com o determinante português do *Príncipe* restringindo a marca fixada no hidrotônimo (pará - “rio grande”;Katu-”bom”).

O composto sub+adj referido encerra, de fato, um dos mais frequentes usos no português do Brasil (pará), como exemplo da alteração da categoria gramatical, de substantivo comum (pará, “rio”) para substantivo próprio (Paracatu), transformado em função toponímica. Do ponto de vista da motivação, tanto São João Del Rei como Paracatu do Príncipe apresentam o mesmo princípio da homenagem ao governante, um, ao rei, o outro, ao Príncipe, com delimitação semântica formal. Nos dois exemplos, não há identificação pessoal de nenhum dos homenageados, rei e príncipe, apenas a reverência ao cargo. Para a identificação completa dos personagens, é necessário o recuo histórico à época do batismo dos lugares. Ambos os topônimos, porém, traduzem uma função social, captada nos campos preposicionados, cujos conectivos, ligando os termos elocutivos, permitem a recuperação e a manutenção histórica da época (“del Rei”; “do Príncipe”). As distinções terminológicas percebidas não alteram o modelo ou o padrão motivador; trata-se apenas de variação no ordenamento da realza aqui instalada, por uns tempos. Em Araxá, também referido por Saint-Hilaire, posicionando-o como um termo histórico, referencializou-se, do mesmo modo, uma situação de época, em Minas Gerais. O fato sócio-cultural transmitido pelo nome até obscureceu um pouco a origem indígena do topônimo, que é antigo em sua formação mascarando-a. Sem maiores informações localizadoras, Sampaio (1954) aponta-lhe o sentido de descampado, o que nos leva a categorizá-lo como geomorfotônimo.

Segundo o étimo registrado, o topônimo Ubá proviria de *uúba* (material fito-orgânico, responsável pela fabrico de embarcação). Comporia um tipo de canoa usado pelos nativos, cuja forma lingüística é bastante divulgada (ubá). Mas a própria estrutura do livro de Saint-Hilaire, no sumário (p. 13-19), dos capítulos I ao XVI, mostra o percurso terrestre realizado pelo autor, do Rio de Janeiro a Minas Gerais, como se disse.

Ao noticiar as etapas da viagem realizada, é dado a conhecer não apenas a toponímia dos aglomerados como a dos rios e caminhos; assim, num elenco de referências, escalonam-se lugares como Porto da Estrela, Estrada Municipal de Minas Gerais, Caminho do Rio Preto, este já um povoado de renome, onde estão Valença (ainda atual) e os índios Coroado, a Serra Negra, rio Grande, Serra da Canastra, o já referido São João Del Rei, o São Francisco, os povoados de Conceição, Oliveira, Tamanduá, Formiga, Pium-I, Paracatu, Cachoeira de Casca d'Anta, até a fronteira com Goiás. Mesmo nos dados informativos que elenca sobre a vegetação, clima, população, entre outros fatores, certamente, num exame mais detalhado e completo do texto, encontrar-se-ão topônimos aí distribuídos e não mencionados neste recorte. Dos itens elencados, destacaremos, para possíveis comentários, a Serra da Canastra (Cap. X), os povoados de Conceição, Oliveira e Tamanduá (cap.VIII), Formiga e Pium-I (cap.X) e mesmo outras denominações, talvez pertinentes, por agora, como Cruz da Almas (morro), Monjolos (serra) por exemplo.

A análise preliminar dos acidentes físicos geomórficos, aqui mencionados, Serra da Canastra e dos Monjolos, Morro da Cruz das Almas, mostra que as denominações orográficas (serra) da Canastra e dos Monjolos, (morro) Cruz da Almas, situam-se em campos semânticos distintos, do ponto de vista lingüístico. Envolvem as duas primeiras citadas motivações ligadas à ergologia (Canastra e Monjolos), frutos da cultura material; a outra, Cruz das Almas, insere-se na taxa dos hierotopônimos (nomes ligados à religiosidade do grupo). Canastra, apesar de seu enfoque metafórico ao ser aplicado à elevação do terreno (semelhança formal ao objeto designado), inscreve-se na categoria dos ergotopônimos (nomes ligados à cultura material). Do mesmo modo, Monjolos (serra) também recobre esse domínio ergológico, mas a função social de que o termo se reveste levou-nos a uma bi-categorização até possível, com o identificador supletivo de sociotopônimo (produto de uma atividade de alcance sócio-cultural). A terminologia de *Casca d'Antas* pode ser incluída no campo dos zootopônimos, em que o elemento determinante d'Antas pode assumir o traço marcado do sintagma, numa relação /termo genérico/ termo específico. Mas esses dois formantes, *casca* e *antas* acabam, de uma certa maneira, por firmar-se numa mesma categorização semêmica (zoonímica), o que não ocorre com São João Del Rei e São Francisco. Os semas lingüísticos neles presentes o inserem no campo da religiosidade (hierotoponímia), ao mesmo tempo que os especificam dentro da temática espiritual, de fé e de devoção. Terminologicamente, São João e São Francisco, além de pertencerem ao grande domínio da espiritualidade (hieronímia), estão incluídos, especificamente, na sub-classe ou subdomínio dos *santos, santas e são*, que os define como *hagiotopônimos*. Relativamente aos outros topônimos citados, de origem não religiosa,

apresentamos os seguintes fatos: o povoado (à época do levantamento do autor) de Oliveira comporta uma bi-compartimentação, a *originária* ou denotativa (oliveira), derivada da raiz oliva (vegetal). Incluída nos fitônimos/fitotopônimos, por transposição de sentido, do substantivo comum para o substantivo próprio (Oliva) e por derivação secundária, oliveira, tornou-se também muito produtiva no Brasil. O mesmo fato já ocorrera em Portugal, em aplicação antropônima, como sobrenome ou apelido de família, de maior uso dentre outros correlatos (Silva, Sousa, por ex.). Na prática, o ramo familiar dos Oliveira é muito empregado nessa categoria apelativa, tornando difícil analisar apenas a unidade lexical *oliveira* quando isolada de seu contexto. Tanto poderá ser designada como fitônimo (nome de objetos de origem vegetal) ou como antropônimo (nome de pessoa ou sobrenome familiar, ou apelido de família).

Enquanto unidades lexicais isoladas, pode-se aplicar esse mesmo raciocínio aos aglomerados de Tamanduá e Formiga, classificados, independentemente de sua causa, como *zootopônimos* (nomes de animais, de qualquer sub-espécie)(plano denotativo). Historicamente, Tamanduá, antigo São Bento do Tamanduá (1789), era município grande, abrangendo, até o século XIX, outras unidades maiores, inclusive Formiga, não só nome de toda uma região (1769) como do sertão que absorvia. Antes, a localidade apresentava um denominativo composto, de origem religiosa, ou seja, São Vicente Ferrer de Formiga (1839), depois passando a Vila Nova de Formiga.

Com o povoado de Tamanduá também aconteceu o mesmo, do ponto de vista dos nomes; no seu território, por volta de 1739, data de sua fundação, estava incluída a unidade de Curral del Rei, mas a história dos nomes o remete para a localidade de Itapecirica, onde o povoado surgiu junto a dois córregos, um, o córrego Rosário e o outro, o próprio Tamanduá. Deste, veio o nome do povoado, o que é comum acontecer na toponímia, de um modo geral. Mas a sua fundação e consolidação municipal é uma longa história que não cabe aqui referir, a não ser a constituição da freguesia com o nome de São Bento do Tamanduá, até a alteração da vila para a atual Itapecirica, por lei de 1882. Não se percebe bem a vantagem da troca dos nomes, apenas sendo conveniente apontar que o novo denominativo foi retirado do curso d'água da região (Córrego Tamanduá).

O povoado de Formiga, porém, não mudou a designação, continua sendo o que sempre foi, desde o século XVIII (1777). Nome antigo, denominava o sertão do povoado e passou a designar, também, o ajuntamento localizado no distrito do Tamanduá. Criada a capela, no final do Oitocentismo, em louvor a São Vicente Ferrer, a Sesmaria recebeu o pomposo título de Sesmaria de São Vicente Ferrer da Formiga (provisão de 13.04.1780). Elevado à vila, o arraial de São Vicente Ferrer de Formiga passou a ter o nome de Vila Nova de Formiga (1839). Como cidade, pouco depois, em 1858, retomou a denominação antiga, simplesmente, Formiga,

assim sendo até hoje. Quando à povoação de Piui, a base é outra: *piu/piui* é um mosquito miúdo, conhecido por muriçoca. Há registro a respeito, no vocabulário de Theodoro Sampaio (4.ed.,1957), da forma *piumhy* > *pium-y*, “rio dos piuns ou mosquitos”. Desta variante, é provável tenha se derivado o topônimo que o Dicionário Histórico de Minas Gerais menciona na forma Piumhi. A separação com hífen, da base e de seu modificador, Pium-hí, não aparece na Divisão Territorial citada. Mas como o *Dicionário Histórico* afirma, a grafia *Piumhi* (sem hífen) é adotada pela cidade.

Pôde-se notar, entretanto, que a questão a respeito desses étimos ainda não está completamente esgotada com estas considerações, nesta oportunidade. É necessário prosseguir na pesquisa, consultar novos documentos, registros, cartas de dadas, atas de Câmaras e outras fontes disponíveis, se houver. Principalmente porque o município integra o *Projeto ATB*, com Diretório de Pesquisa específico, dentro do nosso conjunto dos atlas toponímicos. *Piu* também aparece em outros documentos, com as grafias *Piu-hi*, Piauhu e Piauhi. A forma *Piau* é aplicada ao município da Zona da Mata, criado pela lei 1039, 12.12.1953. A nova unidade, segundo a fonte consultada, é resultante do desmembramento do território de Rio Novo, cuja origem estaria na criação da Capela do Espírito Santo do Piau, depois Distrito do Divino Espírito Santo do Piau, no município de Barbacena, no século XIX. Em 1911, passou a figurar como Piau, simplesmente. Este *Piau*, porém, é forma gráfica redutora de *piaba/piava*, “espécie de peixe de água doce” pela alternância dos fonemas /b//=/v// =w/, donde *piau* /Piau/ = “o rio do peixe *piau* ou *piaba*, *piava*.”

Piui, porém, tem outra raiz de designação setecentista. Piau está na Zona da Mata, município de Rio Novo. Em Minas, segundo a *Divisão Territorial do Brasil* (1980), apenas a forma Piau consta do índice dos municípios mineiros, com um só distrito, o próprio Piau. Essa foi a nossa base de pesquisa. A forma paralela que se discute também, Piu, está registrada na mesma relação municipal do IBGE como Piui. A nasalidade e oralidade em lexias são traços contrastivos, diferenciadores da língua oral, principalmente se não há escritos a respeito, como ocorria no tupi quinhentista. Mesmo que a vogal final /i/ apareça nos dois contextos fônicos, os acentos ou diacríticos diferenciarão a base lexical, do ponto de vista semântico. Se *piau*, *piava*, é o peixe, a terminação acrescentada í=y (equivalente à sexta vogal do sistema vocálico do tupi antigo, não incorporada ao português do Brasil, apenas a sua toponímia) manteve o sentido túpico de “*fluído*, líquido em geral”, por extensão, “água” e “curso de água”. A vernaculização da lexia composta atribuiu-lhe o sentido ou o traço definidor de “rio do piau ou da piava” (“rio do peixe chamado *piava/piaba*”), comum em nossos córregos e ribeirões. Se a mesma base *piui* trouxe a marca da brasilidade, o correlato *piui*, não seria mais o “rio da

piaba” [piaui] ou do piau e, sim., a “piavinha” ou o “peixe *piau/piava*=piaui, “o pequeno”. Isto porque o adjetivo “pequeno”, “menor”, era identificado, na língua quinhentista, pelas lexias mirim ou miri, ou i com traços de nasalidade, porém, o mesmo fenômeno; ocorre em outras palavras incorporadoras ao português, talvez mais comuns pela difusão territorial, como itaim= itai, “pedrinha” (de *itá*, pedra e *im*=i, diminutivo *-inha*).

Há diferenças de conteúdo, porém, entre *itaim*, *itai*=pedrinha e *itái*=itá-i, (i=água, “rio da pedra”, topônimo dos mais produtivos no país. Esta explicação é deduzível da leitura dos clássicos como Carlos Drummond (USP), Lemos Barbosa, Pe.; Theodoro Sampaio; Levy Cardoso, e outros que seguiram suas lições pioneiras (Dick, 1980). Entretanto, o *Dicionário Histórico de Minas* utilizado registra o topônimo como Piuí, o mesmo referido pelo bandeirante paulista Batista Maciel, 1731. É um longo histórico descritivo da região, localizada na Zona do Piraquara e Pitangui (localidade de São José Del Rei, hoje Tiradentes). O *Índice dos Topônimos*, de Papavero (1972), só registra Piau, em Minas, como aglomerado, e Piauí, como cursos d’água (rio e ribeirão), nesse mesmo estado.

A importância que damos à forma *piu*, como descritor de estágios de língua utilizados no território no período colonial e que se enraizaram em pontos específicos, como ocorreu com a toponimização do termo analisados, excede, em muito, a sua pouca frequência na onomástica. Essa é a sua importância: a manutenção de um dizer cristalizado, cuja função significativa aflora assim que é acionado o mecanismo da recuperação morfológica.

O vocabulário geográfico de Theodoro Sampaio aponta quatro variantes da lexia, *pi-u*, “o que pica ou morde derreado, agachado”. É o mosquito miúdo de mordedura acre”; *piumhy*, c.*piuim-γ*, “o rio dos *piuins* ou mosquitos, M. Gerais”; *piuna-cor py-una*, a casca preta; mirtácea de fruto preto, arredondado”; *py-uma*, a epiderme ou casca anegrada, escura. É uma mirtácea de fruto preto, redondo. V. Piúna, Esp. Santo”. Vê-se que as raízes são diferentes, os sentidos também, ainda que próximas as formas. A aplicação da lexia, neste texto, conduz, pelas diferentes grafias registradas, à primeira acepção do vocábulo analisado por Th. Sampaio (*piu*=mosquito; *piui*=rio dos mosquitos). O assunto, porém, como dissemos, no início destas considerações, não está resolvido de todo, pois esta é a primeira etapa da proposta de análise, sob este enfoque.

Quanto à Ubá, na Zona da Mata, nascida como tantos no país, de cultos religiosos, e em complemento às informações apresentadas, sabe-se que foi o primitivo arraial de São Januário de Ubá (1819). Passou à vila em 1853, com esse mesmo nome, mas retroagiu a povoado, pela mudança do vínculo administrativo; houve aí a troca da nomenclatura, tornando-se São João Batista do Presídio; a construção sintagmática retoma, aqui, a função indicativa e localizadora do conectivo, já mostrada, anteriormente. Ainda no Oitocentismo, recuperou sua autonomia, ganhando foros de

cidade com a denominação simples e atual de Ubá. A correta localização dos topônimos Piumhi e de Piau insere o primeiro deles, junto ao rio do mesmo nome (Piumhi), a sudoeste de Belo Horizonte, próximo a São João Batista do Glória e Ponte Alta, na Zona de Passos. Já Piaú está localizado mais a sudeste, próximo a Juiz de Fora, Tabuleiro, Rio Novo, Barra Longa e Mariana. É a Zona de Mariana, onde os três distritos instalados na área foram os de Ubá, como é a praxe, de Diamante de Ubá e de Ubari (1948). Em remissiva, o *Dicionário Histórico* remete o topônimo ao verbete Acaiaca, ao qual Th. Sampaio dá o significado de “cedro brasileiro da espécie *Cedrella brasiliensis*”. Situado no termo de Mariana, o primitivo teve como patrono São Gonçalo (1727), o que mostra as distinções espaciais da terminologia semelhante, mas não idêntica. Depois de ser conhecido por São Gonçalo de Ubá, em 1923, mantida com a criação do município em 1962. Situa-se entre os atuais municípios de Ponte Nova, Barra Longa e recebeu a denominação atual de Acaiaca, Mariana, sudeste do estado.

A partir dessas referências, conclui-se que apenas Ubá manteve o nome étnico primitivo, marcando o espaço que já ocupava. Pelo roteiro de viagem de Saint-Hilaire, examinando-se a carta geográfica de Minas Gerais, pode-se verificar a extensão dos caminhos por ele percorrido e dos nomes registrados ao longo desse tempo, traçando um verdadeiro painel histórico da região. Por qualquer dos rumos que tomasse, mais a leste (Ubá) ou para o centro-oeste, por Valença, que cita no seu roteiro, chegaria a São João del Rei e Tiradentes; a serra do Espinhaço fica aí mesmo, paralela à da Mantiqueira; Formiga, Itapecirica e Oliveira são mais centrais, próximas ao rio Grande, que faz divisa com São Paulo e Serra da Canastra. É o que diz Saint-Hilaire: “Antes mesmo de chegar a Formiga eu já tinha avistado no horizonte a Serra da Canastra. Essa montanha que, semelhante a um imenso cofre, mostra ao longe sua massa imponente, pareceu-nos tão isolada. Não é o que ocorre, porém, ela faz parte da Serra das Vertentes, isto é, (...) do planalto ou cadeia que limita a oeste a bacia do São Francisco”. (ib., cap. X, p.101). As várias menções ao Porto de Estrela, “onde embarcam os que se destinam à capital do Brasil”, no dizer de Saint-Hilaire (cap. I, p.21), são feitas por ele próprio. O porto significava, na época, tanto o início como o fim de uma jornada. São suas palavras: “pequeno povoado (Porto da Estrela) onde vai desembocar a estrada de Minas Gerais, província cuja parte ocidental eu teria de atravessar antes de chegar a Goiás” (ib; cap. I, p.21). Completa, esclarecendo: “É difícil de encontrar uma estrada mais freqüentada do que a que liga Porto da Estrela a Minas” (id. Ib.).

Aberta no século XVIII, por Garcia Rodrigues, para ligar o porto do Rio de Janeiro à zona montanhosa de Minas, transformou-se em rota de transporte do algodão de Minas Novas e, depois, do café produzido no sul desse estado. Saint-Hilaire descreve o caminho como bastante plano; a tortuosidade só aparece cinco léguas depois de Porto da Estrela, aí

começando, também, as elevações do terreno (ib, p.33) e a mata cerrada margeando todo o caminho, em ambas as suas margens.

Dois topônimos são citados pelo autor nesse pequeno trajeto do percurso e facilmente interpretáveis, Encruzilhada, que traduz uma escolha entre dois pontos possíveis e Mandioca (fazenda da). Mas a lexia Estrela é geradora de fatos sociais mais significativos, como a denominação alternativa de um dos cursos hidrográficos regionais, no caso, o rio Inhumirim (var. nhu, “campo”, e mirim, “pequeno”- “campo pequeno”) ou rio da Estrela, que “serpenteia entre mangues, no meio de terras pantanosas, cercadas de bananeiras”(id,ib:22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Saint-Hilaire, ao localizar a serra da Estrela, como variante da serra do Mar, explica que a denominação fora tomada de uma serra de Portugal, na província da Beira (ib, p.25). Considerando-se a época histórica da formação da toponímia brasileira, é possível que a motivação fosse essa mesma, sem vinculação com o objeto estudado, que tem emprego regular na nomenclatura geográfica atual. De qualquer modo, o interesse pelo texto em si levou-nos a iniciar este estudo, já constante das metas e objetivos do curso de Toponímia Indígena, que ministramos (pós-graduação), como aplicação prática, com seus desdobramentos previsíveis.

O que se expôs, nesta etapa, foi apenas uma amostragem do levantamento do corpus, ainda parcial e simplificado. A metodologia, porém, é a mesma utilizada em outras pesquisas toponímicas que coordenamos, como a dos *Atlas Toponímicos*, aos quais estamos nos referindo de modo global (*Atlas Toponímico do Brasil*; *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*; *Atlas das Cidades- Projetos ATB; ATESP e ATeC*).

Como se pôde perceber, os topônimos recolhidos para exame permitiram e justificaram análises contrastivas, seja do ponto de vista etimológico, taxionômico ou semântico e vocabular. A pesquisa atual ao focar, o roteiro de viagem de Saint-Hilaire ao rio de São Francisco, acabou por se centrar, apenas, no estado de Minas Gerais, ficando ausentes recortes dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, visitados pelo autor. Pelo número de seus municípios, São Paulo aproxima-se mais de Minas que do próprio Rio, apesar de próximo, talvez não na tipologia dos nomes, mas pela situação lingüística diferenciada.

Do percentual indígena na toponímia municipal paulista pode-se destacar dois tipos de designativos: a) aqueles que chamamos de *topônimos de primeira geração* (ou de primeiro grau), originados do próprio denominador étnico; b) os de *segunda geração* (ou de segundo grau), quando o denominador português ou não-indígena (como se diz hoje), conhecendo

a língua e podendo dela ser falante, *nomeia* com os termos desse código, à maneira autóctone, lugares ainda não designados. Mas pode, também, substituir a nomeação mais antiga (de origem portuguesa, portanto, não-tupi/ tupinambá) por outra (tupi/tupinambá), ainda que desvinculada do contexto.

Em São Paulo, já demonstramos pelos registros do ATESP, a existência de áreas geográficas identificadas pelo caráter lingüístico dos grupos costeiros naturais. Encontram-se exatamente aí, no litoral sul e norte, o que vem comprovar a ocupação quinhentista do território pelos povos americanos. Os topônimos se tornaram conhecidos menos pela sua etimologia que pelo referente ao qual se ligam. Estão no terreno há muito tempo, já se perpetuaram nos hábitos lingüísticos dos falantes, tornando nome e lugar uma unidade indissolúvel. As marcas continuam até hoje; Bertioga, Ubatuba, Caraguatatuba, Guarujá, Peruíbe, Itanhaem, Perequê, entre outros, são exemplos da presença indígena-tupí, na costa do estado.

Deslocando-se para sudoeste, outra área lingüística se destaca, a que chamamos de Zona dos itás, Itáí, Itapecerica, Itapeva, Itaberá, Itaporanga e Itapetininga, por exemplo. O fato é que os designativos, espontaneamente ou não, se espalharam por outros lugares, além destes, pela maior adesão do nomeador a essa tipologia lexical.

Não pretendemos, porém, neste momento, realizar um estudo exaustivo das ocorrências quinhentistas de São Paulo, o que já aconteceu, de uma certa forma, no ATESP, cujo banco de dados acusa mais de quarenta mil registros, no total dos códigos envolvidos (português, indígena, africano, em autonomia sintagmática ou combinatória, exs: Itapecerica da Serra; Bom Jesus de Iguape; Caconde; Cubatão).

Pode-se dizer, portanto, que o *Atlas Toponímico do Brasil* tem como proposta o levantamento dos topônimos estaduais, corporificados nos elementos da paisagem, em suas distintas distribuições tipológicas. Representa assim, a parte prática da pesquisa onomástica, do ponto de vista dialetológico (estratos lexicais presentes no português do Brasil), etimológico e taxionômico (categorias motivadoras). A fonte utilizada no levantamento (Saint-Hilaire) não se esgotou, propositalmente, apenas alguns topônimos foram utilizados como exemplificação. A proposta integral de análise do texto utilizado é de conteúdo mais amplo; integra o conjunto geral da obra não só do cronista francês como de outros viajantes que aqui estiveram e registraram a nossa toponímia.

O subtítulo *Teoria e Prática II* justifica-se, portanto, porque representa a continuidade de uma perspectiva de análise, já iniciada há algum tempo. Esse objetivo integrou, desde o início, nossas preocupações teóricas, necessárias para conferir um perfil acadêmico-científico à disciplina dos nomes.

O conceito delimitado é essencial para a configuração de um saber ou de diversos saberes configurados e projetados em outros. Com isso queremos dizer que a onomástica toponímica apresenta, ao lado da *práxis* e da *tecné*, o *logos* do dizer ou da sua enunciação. Esse foi o caminho buscado e, por que não, o atingido.

REFERÊNCIAS

DICIONÁRIO Histórico de Minas. s./d., s./l.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxonômicos*. Tese de Doutorado. FFLCH- USP, 1980.

---. *Dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo*. Livre Docência. FFLCH- USP, 1988.

---. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

---. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: USP- FFLCH, 1992.

PAPAVERO, Índice dos topônimos. In *Cartas do Brasil*, IBGE, 1972.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. São Paulo: EDUSP/ B. Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na geografia nacional*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1957.

---. ---. 5. ed. aum, 1987.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Colegiado do Curso de Letras — Campus de Mal. Cândido Rondon

REVISTA TRAMA

Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber